

**MAIS ALÉM DA RELATIVIDADE LINGÜÍSTICA:
A REPRESENTAÇÃO COMO (RE)IMAGINAÇÃO
DA REALIDADE**

Ariel Montes Lima (UFMT)
gabrielfelipe0308@gmail.com

RESUMO

O presente artigo explora a influência da língua na construção da realidade, analisando a teoria da Relatividade Linguística. Busco explorar as bases dessa teoria, contrastando-a com perspectivas filosóficas e examinando seu impacto na percepção do mundo. A pesquisa, de caráter teórico, se apoia em revisão bibliográfica e envolve autores como Saussure, Schopenhauer e Berkeley. Os resultados indicam que a língua não só reflete, mas também cria a realidade, influenciando a interpretação e a cognição. À conclusão, ressalto a natureza criativa da linguagem na construção do entendimento humano sobre o mundo e levanto questionamentos sobre a existência de uma realidade objetiva.

Palavras-chave:

Representação. Relatividade linguística. Imaginação e realidade.

ABSTRACT

The present article explores the influence of language on the construction of reality, analyzing the theory of Linguistic Relativity. I aim to delve into the foundations of this theory, contrasting it with philosophical perspectives and examining its impact on the perception of the world. The research, of theoretical nature, is based on bibliographical review and involves authors such as Saussure, Schopenhauer, and Berkeley. The results indicate that language not only reflects but also creates reality, influencing interpretation and cognition. In conclusion, I emphasize the creative nature of language in shaping human understanding of the world and raise questions about the existence of an objective reality.

Keywords:

Representation. Linguistics relativity. Imagination and reality.

1. Introdução

Nesse artigo, pretendo discutir a influência da língua na construção da realidade. Para tanto, parto da concepção de Relatividade Linguística para pensar a relação do sujeito com o objeto. Propositamente, opto por nomear a dita corrente como Relatividade, em detrimento de Relativismo, uma vez que o primeiro termo me parece mais adequado ao contexto de

análise crítico-científica, desvinculando o pensamento da ideia de superficialidade atrelada ao sufixo “-ismo”.

Essa pesquisa tem caráter teórico, tendo sido desenvolvida a partir de revisão bibliográfica. Outrossim, meus objetivos são: discutir as bases teóricas da Relatividade, enfatizando suas contradições e convergências; contrastar o pensamento filosófico da realidade como criação racional com a percepção da relatividade da experiência sujeito-objeto proposta pela linguística; avaliar o papel da língua na construção semiótica do real; ponderar acerca da estrutura idiomática binária (individual-coletiva) e, finalmente, analisar o problema fundamental: a aplicação do pensamento da relatividade em face da ideia de real como criação. Para cada problema referenciado acima, foi dedicado um tópico da seção “desenvolvimento”.

Saliento – a título de justificativa – que a teoria linguística, pensando a partir de Saussure (2012), se desenvolveu de modo autônomo, buscando, com a publicação do Curso de Linguística Geral em 1916, desvincular-se das outras ciências para estabelecer-se como um saber independente. Contudo, esse mesmo distanciamento que lhe facultou autonomia implica um processo de isolamento epistemológico. É dizer: um afastamento das outras ciências, salvo, talvez, no ramo da Análise Discursiva. Tal estatuto de individualidade é o que aqui objetivo pôr em xeque, a partir de um intercâmbio teórico com a filosofia.

2. A relatividade linguística: Considerações essenciais

A corrente dos relativistas não é unívoca, se divergindo os teóricos em diversos pontos. É, contudo, uma máxima essencial do movimento a ideia de que a língua e a cultura são elementos indissociáveis (Cf. OCKER, 2022a), tal que a representação do real é variável dentro do contexto da pluralidade linguístico-cultural do mundo. Tal noção teria surgido – supostamente – a partir da alcunhada Hipótese de Sapir-Whorf, a qual teria proposto a dita ideia. Sobre isso, contudo, Cunha (2011, p. 3) explica que “não há publicação na qual a suposta hipótese esteja explicitamente formulada”, tal que a herança teórica daí provinda é, muitas vezes, conflitante e demasiadamente abstrata. Assim, o labor de sintetizar a pluralidade de estudos a respeito de uma área tão intangível demanda determinados recortes que, necessariamente, implicam a remissão de perspectivas mais ou menos destoantes da massa.

De um modo geral, Marcondes (2010) procura sintetizar a ideia norteadora da corrente relativista nas seguintes palavras:

A língua de uma determinada comunidade organiza sua cultura, sua visão de mundo, pois uma comunidade vê e compreende a realidade que a cerca através das categorias gramaticais e semânticas de sua língua. Há, portanto, uma interdependência entre linguagem e cultura. Um povo vê a realidade através das categorias de sua língua, mas sua língua se constitui com base em sua forma de vida. (MARCONDES, 2010, p. 78)

Ainda sobre essa tópica, Martins e Zavaglia (2021) apontam que:

A diversidade linguística reflete a relação entre a representação mental e a representação formal. Em suma, existe uma influência mútua entre o processamento conceitual e a organização linguística da nossa percepção da realidade. (MARTINS; ZAVAGLIA, 2021, p. 247)

Em complemento, Menezes (2014) – em um diálogo com os pressupostos da linguística de Saussure – pontua ainda que

Se pensarmos que cada idioma corresponde a um sistema único, com seus respectivos signos, diremos que a tradução é impossível. A própria noção de signo, já explicitada neste trabalho, implica um relativismo e, assim, a intraduzibilidade, pois não há como separarmos conceito de imagem acústica. (MENEZES, 2014, p. 5)

Em suma, podemos concluir que a relação entre palavra e objeto não é, de modo algum, direta, senão que o sentido atribuído aos sintagmas se insere dentro de um construto imaginário e semiótico que, ao invés de representar um conceito, cria paradigmas para sua compreensão. Isso significa nos depararmos com uma outra questão a ser pensada: a perspectiva de mundo externo ao eu nas concepções linguísticas de sentido.

Embora as primeiras ideias de que

[...] cada coisa tem por natureza um nome apropriado e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes, de sua língua, mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os helenos como entre os bárbaros em geral. (PLATÃO, 2001, p. 145)

Não tenham subsistido às sucessivas viradas teóricas dentro da linguística, a herança platônica sobre o pensamento ocidental se manteve, alicerçada pela noção de que o mundo existe por si mesmo e que, por isso, seja possível uma interpretação dele por sua própria natureza. É dizer: que é possível a apreensão dos objetos ignorando o observador, como se fosse possível uma leitura absoluta e transparente de uma realidade subsistente *per se*.

Enfim, se não pode atribuir um caráter conclusivo à perspectiva relativista, inclusive porque, como aponta Cunha (2011), essa corrente não almeja demonstrar-se nem se percebe como um conjunto coeso de pensamentos.

3. *O real como criação*

Schopenhauer (2005) propõe a tese de que a realidade se baseia na representação individual do mundo. Desse modo, o filósofo

[...] concebeu o mundo enquanto representação somente como objeto em relação ao sujeito cognoscente, já que todo objeto “que pertence e pode pertencer ao mundo está inevitavelmente investido desse estar condicionado pelo sujeito, existindo apenas para este”. Assim, o mundo no seu aspecto representativo, no qual estão situados todos os objetos de nossa intuição, firma sua existência apenas com relação ao sujeito. É exatamente nesta perspectiva, que o sujeito cognoscente é considerado por Schopenhauer como sendo o sustentáculo do mundo e a condição universal e sempre pressuposta de todo objeto existente. (NASCIMENTO, 2015, p. 3)

Por extensão, isso implica assumirmos que “tal posicionamento procura demonstrar que o mundo como representação possui duas metades indissociáveis e necessárias uma da outra, o sujeito e o objeto, e que estas estão ligadas diretamente à noção de representação” (*Idibidem*).

Nesse sentido, “a razão é uma faculdade essencialmente lógica e unicamente responsável pela formação de conceitos abstratos, que são representações tiradas das representações sensíveis ou intuitivas, sendo por isso chamados de representações de representações” (FAUSTINO, 2007, p. 257). Esse é um ponto de divergência entre o referido filósofo e Wittgenstein (1993), que toma a faculdade da linguagem como a responsável pela construção dos conceitos abstratos.

Por outro lado, George Berkeley concebe a racionalidade como a faculdade necessária à compreensão da realidade, ainda que não a tome por forma unívoca de perceber um suposto *real exterior*. Nas palavras do filósofo:

Perceber é uma coisa, julgar é outra. Do mesmo modo, ser sugerido é uma coisa, e ser inferido é outra. Coisas são sugeridas e percebidas pelos sentidos, mas fazemos juízos e inferências pelo entendimento. O que percebemos de forma própria e imediata pela vista é seu objeto primário: luz e cores. O que é sugerido ou percebido por intermédio deste são idéias tangíveis que podem ser consideradas objetos secundários e impróprios da vista. (BERKELEY, 2008, p. 95)

Com efeito, é possível pensarmos ainda, revisitando a ideia proposta por Martins e Zavaglia, que a racionalidade está ligada à língua, tal que essa lhe sirva de substrato necessário. A esse respeito, Jarvis e Pavlenko (2010) argumentam ser a língua um fator relevante na organização do pensar, que se dá por meio de categorizações manifestas nas estruturas linguísticas.

4. O papel da língua na construção do real

Para Bakhtin a língua é entendida como um “processo de evolução ininterrupto, constituído pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação, que é a sua verdadeira substância” (BAKHTIN, 1929, p. 127). O pesquisador, entretanto, atua “defendendo a natureza social e não individual da linguagem, ele situou a sua realidade material – língua –, bem como aos indivíduos que a usam, em um contexto sócio-histórico” (PIRES, 2002, p. 37).

Lenneberg (1975) salienta ainda que a capacidade de nomear os entes do mundo (elementos extralinguísticos) através de palavras é particular à espécie humana. Dessa maneira,

A nomeação resulta do processo de categorização. [...] A categorização supõe também a capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do indivíduo.

Nesse processo de diferenciação as categorias originais podem vir a ser subdivididas, ou ainda suprimidas; podem ser também reorganizadas e reformuladas, redundando em outras categorias gerais ou específicas. A espécie humana organiza o conhecimento através desse complexo processo de categorização. Por outro lado, o homem tem a capacidade de relacionar várias categorias umas com as outras e, conseqüentemente, de responder à relação entre as coisas, em vez de reagir diretamente às próprias coisas. (BIDERMAN, 1998, p. 88)

Com isso, é possível percebermos a autonomia da língua em relação ao que se poderia nomear realidade-concreta. Nas palavras de Ocker (2022b, p. 37): “A palavra cria o mundo antes de representá-lo. O pensar e a língua são indissociáveis.”.

A seu turno, é relevante ainda considerar ainda que “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”. Afinal, “é um homem falando que encontramos

no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Embora não se conheça com exatidão o processo de significação imbricado na disposição forma-conteúdo dos elementos do sistema linguístico, parece claro o fato de que, efetivamente, as relações subjacentes entre os signos linguísticos transcendem em significação a realidade material em que estão colocados e a qual visariam, primariamente, representar.

5. A multiplicidade linguística: o comunal e o pessoal

É sabido que a língua experimenta uma dupla natureza. Essa, por sua vez, divide-se entre a relação pessoal do falante com o sistema que usa e o manejo social que se faz com tal aparato. Para Saussure (2012), isso era bastante claro; tanto que o pesquisador enfatiza ser atribuição da linguística o estudo da língua, e não da fala.

Essa referida binaridade, contudo, nos coloca diante de um outro problema no âmbito da ontologia da linguagem: o compartilhamento. Isto é: sujeito não interage com o objeto, mas com a percepção do objeto manifesta através da língua. Isso implica admitir que a herança cultural impressa nas florações idiomáticas influi na percepção da realidade individual. É dizer: o indivíduo se constitui em uma realidade semiótica baseada na língua. Essa, a seu tempo, se dá de modo ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que o sujeito possui uma história com sua língua, a língua possui autonomia frente ao falante individual.

Nesse sentido, é mister que tomemos em conta o valor afetivo que o falante atribui às palavras de seu léxico, uma vez que a relação com suas significações é intrínseca à vivência particular do enunciador, bem como à situação comunicativa explícita. Ou seja: o sentido de determinados elementos linguísticos não pode ser tomado univocamente, desconsiderando, assim o falante (enquanto um sujeito único e autônomo) e a situação específica em que um enunciado é proferido. Afinal, as significações

[...] podem ser mais ou menos cristalizadas, sendo que os locutores não desprezam sua experiência com o sistema da língua, mesmo que precisem necessariamente ir além dela ao enunciar. Os contextos de uso podem fazer que uma palavra de significação negativa no dicionário adquira sentidos positivos. Tudo depende de quem diz o que a quem, em que circunstância, quando e de que maneira, envolvendo a negociação de sentidos na situação de produção de discursos. É, portanto, a relação enunciativa que determina

os sentidos possíveis realizados nas interações. (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018, p. 308)

Em suma, a língua oferece caminhos ambíguos para a interpretação fenomenológica. Por uma parte, o olhar sistêmico restrito limita a compreensão, pois não considera o uso da língua em face de contextos sociais de comunicação. Por outra, o estudo apenas da comunicação desconsiderando o aparato lógico-cognitivo da língua no ato enunciativo é insuficiente para perceber-se que também o emprego do idioma na fala é, primariamente, regulado por restrições e particularidades próprias do sistema.

6. Considerações sobre relatividade e autonomia do real

A distinção entre objetivo e relativo é anterior à reflexão acerca da multiplicidade de cosmologias cultural e linguisticamente estabelecidas. Assim,

Encontram-se na epistemologia, entre outros, dois grupos de filósofos que assumem posturas distintas quanto à relação entre o conhecimento humano e a “realidade” conhecida: há os que defendem a ideia de que há uma verdade única, objetiva, que é procurada pela ciência, e há os que acham que todo conhecimento é relativo a um momento histórico, a um contexto ou um conjunto de circunstâncias. (BORGES NETO, 2004, p. 72)

Interessa, todavia, que tal compreensão esteja alocada já nessa seção, uma vez que o problema aqui tratado demandou a discussão preliminar acerca das correntes teóricas aqui empregadas.

Nesse sentido, começo com um questionamento acerca da tese relativista: se o real é relativo a respeito da comunidade e -ao mesmo tempo- sujeito à cultura estabelecida, uma vez que o sujeito interage, não com o objeto *per se*, mas com um aparato linguístico herdado a respeito do objeto, então como se pode delimitar o real como algo relativo, uma vez que o aparato semiótico constrói conceitos e afetos dissociados da materialidade do objeto? Mais do que isso: como se pode averiguar efetivamente a existência do real-objetivo, se toda a manifestação depreensível linguisticamente (e cognitivamente por extensão) se baseia na experiência individual, tal que dois sujeitos não possuam a mesma cognição da realidade?

Com efeito, Sapir deixa claro em sua obra o fato de que considerava a realidade do fenômeno como um objeto estável, sendo variável a forma como as línguas exprimiriam gramaticalmente sua percepção do fato. O autor, nesse sentido, deixa entender que toda língua é capaz de expressar a realidade (Cf. CUNHA, 2012). Sobre esse ponto, é coerente pensarmos

que, se a realidade é estável, então o que leva à diversidade da percepção são as condições de desenvolvimento da sociedade em questão, destacando-se dois elementos fundamentais: a cultura e o ambiente. Afinal, a língua possui papel comunicativo, tal que prescinde de um ponto de compartilhamento para estabelecer a construção da mensagem.

Sem embargo, sendo a língua um objeto representacional, na perspectiva do autor, então não se poderia considerar a manifestação e distintas percepções do real entre falantes da mesma língua. A esse respeito, estão de acordo Saussure e Benveniste, embora o último deixe entender no primeiro tomo dos *Problemas de Linguística Geral* que a introdução do sujeito e sua constituição como *humano* se dá através da linguagem. Nas palavras do autor: “só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Essa perspectiva de humanidade como ser na, pela e da linguagem é capital. Afinal, o mundo, como propõem Wittgenstein e Schopenhauer, se constitui, ao fim e ao cabo, de uma representação. Desse modo, é inacessível ao humano o que poderia ser *real exterior*, a *coisa por si mesma*. Afinal, a percepção racional -como pensada por Berkeley- é sobrepujante à percepção material e capaz de adiantar o juízo individual do fato. Conclui-se, portanto, que o papel da língua (e das línguas de um modo geral) é criativo, tal que a relatividade, na verdade, não se configura de diferentes percepções do real, mas de criações autônomas de um mundo semiótico particular.

7. Considerações finais

Nesse ensaio, discuti a função da língua na construção da realidade. Saliento, todavia, que tal estudo é primário e, tendo consciência das múltiplas limitações inerentes ao texto, como extensão, profundidade e maturidade da pesquisadora, enfatizo seu carácter limitado de “obra inacabada”.

Sem embargo, apresento aqui a conclusão possível para o trabalho em questão: considerando a realidade cognoscível como produto de uma razão cognoscente linguisticamente estruturada, podemos interpretar o mundo como um sistema lógico de signos. Destarte, sendo a língua uma estrutura *abstracional* e criativa, ousamos propor, confrontando a tese central da corrente da Reatividade Linguística a partir de outra perspectiva. Ao invés de pensarmos a língua como elemento representacional

interferente na percepção da realidade em diferentes culturas, a entendemos como um sistema criativo que não representa a realidade, mas cria uma forma autônoma de cognição do mundo, cuja realidade é, em última análise, *incomprovável* em termos de percepção individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem (1958). In: _____. *Problemas de linguística geral, I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005. p. 284-93

BERKELEY, George. Ensaio para uma Nova teoria da Visão e A Teoria da Visão Confirmada e Explicada. Tradução e apresentação de José Oscar de Almeida Marques, Clássicos da Filosofia. *Cadernos de Tradução*, n. 16, mar. de 2008. Campinas: IFCH/Unicamp.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998.

BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

CUNHA, Adam Felipe. *A Emergência da Hipótese do Relativismo Linguístico em Edward Sapir (1884-1939)*. Dissertação-Mestrado. São Paulo: USP, 2012.

CUNHA, Adam Phelipe. Contrastando Sapir (d)e Whorf na 'Hipótese Sapir-Whorf'. *Revista do SETA*. v. 5 (2011): XVI Seminário de Teses em Andamento. Campinas, 2011.

FAUSTINO, Silvia. Schopenhauer, Wittgenstein e a recusa da razão prática. *Rev. Filos.*, v. 19, n. 25, p. 255-72, jul./dez. 2007.

JARVIS, Scott; PAVLENKO, Aneta. *Crosslinguistic influence in language and cognition*. New York: Routledge, 2010.

LENNEBERG, Eric Heinz. *Fundamentos biológicos del lenguaje*. Madrid, Alianza Universidad, 1975.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de linguagem*. De Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARTINS, Sabrina de Cássia; ZAVAGLIA, Cláudia. O relativismo linguístico dos nomes populares das espécies da fauna e da flora. *Tradterm*, [S. l.], v. 40, p. 227-249, 2021. DOI: 10.11606/issn.2317-9511.v40p227-249. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/176860>. Acesso em: 7 dez. 2022.

MENEZES, Juliana Cunha. Tradução, diferentes visões de linguagem, pós-estruturalismo e psicanálise: um diálogo. *Littera Online*, n. 08, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233150832.pdf>. Acesso em 08 de Dez de 2022.

NASCIMENTO, Isaac de Souza. A metafísica da vontade em Schopenhauer. *Lampejo*, n. 8, semestre 2. 2015.

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. *Organon*, v. 16, n. 32-33, 2002.

PLATÃO. *Crátilo*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universitária UFPA, 2001.

OCKER, Ariel Von. *Ensaio Sobre Relativismo Linguístico*. São Paulo: Arche, 2022a.

_____. *Sínteses: Entre o Poético e o Filosófico*. Belem: Worges, 2022b.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Unesp, 2005.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Das significações na língua ao sentido na linguagem: parâmetros para uma análise dialógica. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 18, n. 2, p. 307-22, Tubarão-SC, maio/ago. 2018.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: USP, 1993.